



## Workshop "Títulos de Crédito"

Ação de Formação Contínua Tipo D - 4, 11 e 18 dezembro de 2020 ▪ *on line*

### Subscrição em branco de títulos cambiários

#### Caso prático

#### A

A sociedade X, Lda. celebrou com o Banco Y, S.A. um contrato de abertura de crédito em conta-corrente, renovável anualmente salvo manifestação de vontade em contrário de alguma das partes.

Como garantia de cumprimento, a sociedade X subscreveu e entregou ao Banco Y uma livrança em branco, igualmente assinada pelos (únicos) sócios A, B e C na qualidade de seus avalistas.

Do pacto de preenchimento subscrito por todos (e que corresponde a uma das cláusulas das condições gerais do contrato) consta que a livrança se destina a garantir as responsabilidades advenientes para a sociedade do “não cumprimento pontual e integral de qualquer obrigação resultante do contrato de abertura de crédito, bem como de suas alterações, prorrogações, aditamentos ou reestruturações”.

Considere *separadamente* as seguintes questões:

#### NÚCLEOS:

**Coimbra** – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H  
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24  
**Porto** – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto  
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

#### Lisboa

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa  
Tel: 21 884 56 00 | [cej@mail.cej.mj.pt](mailto:cej@mail.cej.mj.pt)  
[www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt)  
[formacao-def@mail.cej.mj.pt](mailto:formacao-def@mail.cej.mj.pt)

1. O Banco Y preencheu a livrança e demandou os três avalistas. Estes invocam que o valor efetivamente devido pela sociedade ao Banco é substancialmente inferior ao inscrito no título. Podem recusar-se a pagar?

2. Dois anos volvidos sobre a celebração do contrato e subscrição da livrança, B cede válida e eficazmente a sua quota a D e envia ao Banco Y uma comunicação escrita, nos termos da qual informa que cedeu a sua quota e afirma que “se pretende desonerar de toda e qualquer responsabilidade relacionada com o contrato de abertura de crédito”. Três anos depois, a sociedade entra em incumprimento do contrato e o Banco Y preenche a livrança, demandando A, B e C. Poderá B recusar-se a pagar? Com que fundamento?

3. Cerca de três anos depois de a sociedade ter incorrido em incumprimento, o que motivou a resolução do contrato de abertura de crédito, o Banco Y preenche a livrança, indicando como data de vencimento o primeiro dia do mês em curso e demanda os três avalistas. Podem estes invocar a prescrição?

**Equipa científica:**

**Carolina Cunha**, Professora da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra | **José Henrique Delgado de Carvalho**, Juiz de Direito | **Marco Gonçalves**, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho | **Maria Emilia Melo e Castro**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | **Patrícia Costa**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários | **Elizabete Assunção**, Juíza de Direito, docente do Centro de Estudos Judiciários

**NÚCLEOS:**

**Coimbra** – Av. Sá da Bandeira, edif. Golden, 115-5.º, letras E, F, G, H  
(antigo Registo Notarial) 3004-515 Coimbra – Tel.: 23 983 49 24  
**Porto** – Rua de Camões, edif. DIAP, 155-6.º – 4049-074 Porto  
Tel: 22 205 89 68 | 22 203 12 99 | Fax: 22 200 89 44

**Lisboa**

Largo do Limoeiro – 1149-048 Lisboa  
Tel: 21 884 56 00 | [cej@mail.cej.mj.pt](mailto:cej@mail.cej.mj.pt)  
[www.cej.mj.pt](http://www.cej.mj.pt)  
[formacao-def@mail.cej.mj.pt](mailto:formacao-def@mail.cej.mj.pt)